

Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política. Uma discussão com José Luís Braga

Two childhood diseases of communication: The ontological insufficiency and submission to the policy. A discussion with José Luís Braga

■ CIRO MARCONDES FILHO*

RESUMO

O autor avalia as posições de José Luiz Braga expressadas em artigo publicado na revista *Matrizes*, Ano 4, n. 1, no qual discute as cinco teses defendidas por ele sobre suas definições de Comunicação, confrontando-as com dois aspectos centrais de suas análises: a debilidade ontológica do campo da Comunicação e a crença de que ela possa ter um fim político.

Palavras-chave: Comunicação, teoria da comunicação, signo, emissor, receptor

* Professor Titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Publicou, em 2010, os tomos 1 e 5 da Nova Teoria da Comunicação, vol. III, pela Editó-ra Paulus. E-mail: cjrmfilho@usp.br

ABSTRACT

The author evaluates the positions of José Luiz Braga as laid out in an article published in the journal *Matrizes*, Year 4, n. 1, in which he treats the five theories upheld by him for his definitions of Communication, and confronts them with two central aspects of his analyses: the ontological weakness in the field of Communication and the belief that it can have a political end.

Keywords: Communication, communication theory, sign, transmitter, receiver

I É ALVISSAREIRO CONSTATAR QUE na área de comunicação haja outros pensadores que se ocupem com uma questão um tanto quanto abandonada nessas décadas de estudos comunicacionais: discutir, afinal de contas, o que é comunicação. Desde o momento em que a grande questão política do Ocidente passou a ser operada através dos meios de comunicação *de massas*, há oitenta anos portanto, todos se chocaram com a instrumentalização desses aparelhos e máquinas para fins de dominação; fez-se muita sociologia da ação social dos meios sobre as pessoas, a filosofia elegeu a linguagem como o estruturante maior do *sócius*, mesmo as ciências *duras* adotaram a terminologia de comunicação, mensagem, código. Todos falavam de comunicação e ninguém se debruçava sobre *a* comunicação. Adorno e Horkheimer demonizavam a cultura *pop* porque esta elevava o *kitsch* à estatura da *grande arte*; McLuhan intrigava-se com os equipamentos técnicos prolongando nossos próprios órgãos e membros; Eco empobrecia a discussão reduzindo-a a um embate de extremos: ou cedemos aos apocalípticos ou nos integramos. Nem os mais recentes críticos da cultura técnica – Flusser, Deleuze, Baudrillard, Kamper –, nem os comentadores cautelosos da era digital, em suma, ninguém se pergunta o que é, em última análise, comunicação.

A questão não é secundária, pois supõe grandes divisões de campos e perspectivas comunicacionais. Como posso defender uma tese de que há ou de que não há comunicação se eu não explicito claramente, antes de qualquer coisa, o que é, para mim, a comunicação? Sim, porque na área há aqueles que advogam que a comunicação é um fato impossível, ou, pouquíssimo provável, enquanto que outros falam exatamente o contrário, que tudo é comunicação, que não dá para não comunicar. E ambas as correntes são vigorosas em seu argumentar e ocupam-se, em princípio, com o mesmo objeto. Ora, nunca haverá nenhuma discussão possível entre esses campos se não houver um consenso mínimo sobre o que se está falando, a saber, sobre o que é essa coisa chamada de comunicação.

Essa questão me levou a refletir na última década sobre o que podemos ou o que devemos entender, efetivamente, por comunicação. Sempre me ocorre de volta, a frase de Sören Kierkegaard, de que não nos detemos muito pensando no que é comunicar; que rapidamente nos apressamos em direção ao objeto, *daquilo* que se pretende comunicar, dizia ele, ainda no século XIX. E como quase todos os objetos desta ordem se mostram, continua Kierkegaard, mesmo à primeira vista, com dimensões extremamente vastas, vai se ter, na medida que o tempo passa, cada vez menos ocasiões ou lugares para meditar sobre isso que é a comunicação.

A mim me parece que esse é o chamado *nó górdio* do campo e o motivo principal pelo qual a área de Comunicação sofre de problemas de identidade e de afirmação enquanto saber soberano. Se ela própria ainda não definiu precisamente seu objeto de estudo, como pode pretender avançar e se tornar um saber autônomo?

A questão é que sofremos de duas doenças infantis. A primeira é a debilidade ontológica. O campo da comunicação nasceu de forma um tanto quanto abrupta, criança prematura, tendo que sobreviver na incubadora atendida por enfermeiras filósofas, sociólogas, antropólogas, semiólogas, que, munidas de seus jargões e de seus modos de agir já viciados, tentavam fazer sobreviver, não sem prejuízo para a autonomia dessa criança, este estranho novo ingressante na comunidade dos saberes instituídos. E aqui estamos nós, atuantes neste campo com más formações congênicas, buscando nos safar de seus traumas de infância.

A comunicação precisa aparecer, precisa afirmar diante do universo do conhecimento que possui um objeto, objeto este que, mesmo um tanto quanto ofuscado em seu aparecer fenomênico, um tanto quando indeterminado, difuso, sem contornos, mesmo assim, possui determinações específicas que o separam nitidamente de outros acontecimentos sociais.

Imbuído desta procura da definição do objeto comunicacional, tenho me ocupado em persegui-lo. Uma das tentativas foi essa obra, publicada em 2004, intitulada *Até que ponto, de fato, nos comunicamos* que, finalmente, encontrou um leitor, o digno colega José Luiz Braga, que a comenta em seu ensaio “Nem rara, nem ausente – tentativa”, publicado na revista *Matrizes*, Ano 4, n. 1. Braga fala sobre minhas cinco teses sobre a comunicação e expõe sua própria maneira de entendê-la.

II

José Luiz Braga trabalha com uma definição minha de comunicação relativamente antiga, ou melhor, provisória para aquela época. Nestes últimos seis anos, o conceito evoluiu consideravelmente, fato este testemunhado pelas publicações posteriores, como o verbete *comunicação* no *Dicionário da Comunicação* (Paulus, 2008), a obra *Para entender a comunicação*, de 2008, e a mais recente, *O princípio da razão durante* (Nova Teoria da Comunicação, Vol. III, Tomo 5), de 2010. No livreto comentado por Braga, eu definia comunicação como algo muito raro, ela seria a possibilidade de driblar a proibição de se comunicar imposta pela sociedade da comunicação. Essa tese eu não renego, de forma alguma, mas amplio, desenvolvendo o sentido já indicado naquela época, de comunicação ser efetivamente interação, *pela qual surge algo verdadeiramente novo* (2004: 88). O que foi descartado nos estudos posteriores é a idéia, ainda relativamente

P

Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política. Uma discussão com José Luís Braga

confusa de comunicação, que Braga traduz como “algo que articula, integra, vincula e cria reconhecimento mútuo” (Braga, 2010: 69), o que parece ser o mesmo que ele chama de *comunicação-comunhão*. Efetivamente não é isso.

Comunicação, no meu modo de ver, não tem nada a ver com comunhão. O equívoco talvez se deva ao argumento que eu trago, no final do comentário sobre as insuficiências de Niklas Luhmann, de que nós fazemos parte da *carne do mundo* (Merleau-Ponty), que o mundo entra em nós e nós nele. Ora, esta alusão ao filósofo francês só tem a ver com sua oposição a Husserl, para quem o processo de construção de sentido, de *expressão*, na linguagem husserliana, era produto exclusivo da minha consciência. Merleau-Ponty corrige Husserl ao transferir essa operação à nossa relação com o mundo. Nossa consciência, enquanto tal, não existe; ela é parte de um conjunto no qual nos dissolvemos, a carne do mundo.

E a comunicação é um processo muito raro porque envolve uma relação qualitativa com o mundo, que supõe minha disponibilidade de receber esse novo, um encontro com a alteridade do outro, uma experiência efetivamente diferente com aquilo que me acontece. São fenômenos qualitativos, jamais redutíveis à lógica da proporcionalidade ou da fragmentalidade, como sugere Braga, e que comentarei em seguida.

Braga não aceita que não nos comunicamos ou que nos comunicamos muito raramente. Para ele, essa tese é muito ampla e excludente, pois há, segundo ele, *formas menores* que não devem ser desprezadas. Existiriam, assim, comunicações grandes, médias e pequenas, cujos critérios de mensuração, entretanto, não são expostos muito claramente. Aplicadas a funções estatísticas, isso significaria dizer que índices de comunicabilidade variam de 0 a 1, quando chegam à comunicação máxima.

O problema, a meu ver, está exatamente na fragmentação. O que é, efetivamente, uma comunicação *menor*? Tomemos uma conversa entre três pessoas: *A* expõe suas idéias, *B* ouve com atenção e as compreende bem e *C*, ouve igualmente com atenção, mas não as entende completamente. Seria isso? Ou, então, a televisão transmite o noticiário e algumas pessoas capturam apenas as imagens e as cores, outros o significado de algumas notícias e outros, ainda, apanham as intenções encobertas da emissora de TV. Seriam essas formas de comunicação pequena, média e grande? E nas redes sociais da internet? Como funcionam? Um acontecimento é transmitido via *Twitter*. Uma comunicação menor seria o próprio *Twitter*, que só pode operar com 140 toques? Uma comunicação maior seria o mesmo fato tratado no *blog*?

São suposições minhas porque a categorização da comunicação em valores matemáticos traz à área uma situação estranha de mensuração da

comunicabilidade. No caso dos três participantes que dialogam, a situação do participante *C* é nitidamente de incapacidade de entendimento por fatores culturais, linguísticos ou mesmo cognitivos. A comunicação aí simplesmente travou, o ruído a inviabilizou. Não foi *menor*, ela simplesmente não aconteceu. Mesmo no caso de *B*, seu entendimento, aparentemente pleno, não remete à comunicação. *B* apenas tomou conhecimento do que *A* falou, foi meramente um registro. Mais adiante explico porque um registro não é, de fato, comunicação. No segundo caso, o do noticiário televisivo, temos aí diversas formas de o receptor se relacionar com os sons, as imagens e o texto de uma emissão jornalística. Se o receptor capturou apenas o som e a imagem, o que justifica dizer que esses planos são *menores* que a captura do texto? São apenas diferentes. Mesmo o fato de apreender o texto não remete a nenhum entendimento automático. Menos ainda, aquele que fizer inferências sobre intenções encobertas da emissora. Ele apenas faz julgamentos outros, que transcendem aquilo que foi efetivamente transmitido e cai no campo da chamada *análise ideológica*.

O *Twitter* é uma forma de transmissão de dados marcada pela economia de signos. É uma transmissão curta, rápida, *pequena*. Mas não parece ser esse o conceito de comunicação menor, em Braga. Porque uma frase twittada pode conter uma comunicação densa que tem virtualmente condições de repercutir instantaneamente e provocar efeitos incalculáveis.

Braga, a uma certa altura, tenta definir essas graduações da comunicabilidade:

Comunicação não é só aquela de valor alto, do sucedimento precioso e raro – mas toda troca, articulação, passagem entre grupos, entre indivíduos, entre setores sociais – frequentemente desencontrada, conflitiva, agregando interesses de todas as ordens; marcada por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das *intenções* (que, aliás, podem ser válidas ou rasteiras) (p. 69).

Por aí, também se vê que seu conceito de comunicação ainda é marcado pela *doença infantil* das teorias da comunicação, que, a exemplo do esquema canônico de Shannon, a interpretam como *coisa*. Comunicação como algo que eu passo de mim ao outro, semelhante a um líquido, a matérias, a objetos que eu coloco de um lado de um cano ou de um tubo e que saem pelo outro lado; comunicação como sendo um elemento que extraio da minha cabeça e transfiro à cabeça do outro, enxertando-a lá dentro. Esta é a concepção metafísica da comunicação, que a transforma algo *em si*, que circula, que corre, que é repassado. Mas a figura da troca é um grande equívoco. Eu não troco nada. O que sai de mim não é o que o outro incorpora; em sua mente *produz-se* algo diferente. Tampouco articulação, pois não se pode dizer que minha frase se articule com a sua ou vice-versa, da mesma forma como membros são

articulados, ligados entre si por encaixes flexíveis, pois, aqui também sobrevive a ideia de *coisa atrelada*.

Todas essas figuras (troca, articulação, passagem, mas também transmissão) remetem às definições metafísicas, porque calcadas em figuras positivistas da presença, da existência real, da coisa ter que se mostrar para poder ter validade. Nos primeiros textos de comunicação, especialmente na escola empirista, a comunicação teria que ser reduzida a valores mensuráveis. Afinal, o matemático Claude Shannon buscava medir os conteúdos comunicacionais pelo grau de raridade da ocorrência estatística de termos numa transmissão telegráfica. Ele reduzia um fenômeno social humano a unidades matemáticas de medida. Não é à toa que ele conseguia dizer o quanto um texto tinha de novidade sem precisar proceder nenhuma investigação sobre seu conteúdo explícito...

Braga acredita que a comunicação é algo *tentativo*. A tentativa do participante é, para ele, algo relevante de sua tese (Braga, 2010: 72). É o fato de o receptor buscar uma interpretação da mensagem de forma coerente com o ponto de partida, na emissão (*idem*). Ou seja, trata-se, mais uma vez, da capacidade de decifrar um código. Quer dizer, faço minhas tentativas; se decifro convenientemente, então, isso significa que entendi, que a comunicação ocorreu. Ora, esse é um conceito muito pobre da comunicação. É pré-luhmanniano, uma persistência no modelo de Shannon, dos anos 1950. Este não é um modelo em nada ambicioso no que se refere à pesquisa da comunicabilidade de nossos atos e palavras, dos grandes meios de comunicação e das formas digitais; seu problema é que, por ser técnico, com ele fica-se sempre à margem do que está efetivamente acontecendo.

Para ele, comunicar, em última instância, é a possibilidade de eu entender o que o emissor está falando. São as minhas tentativas de deciframento adequado. É *C* entendendo pouco e *B* compreendendo um pouco melhor o que *A* pretendia dizer. Ainda não saímos das condições elementares da comunicabilidade humana; ainda estamos no jardim da infância discutindo que termos devemos usar, como sermos mais claros, de que recursos utilizar para que nosso interlocutor entre na mesma linha de sintonia conosco. O fenômeno da comunicação ainda está a léguas de distância.

E a finalização do processo vai ocorrer, na teoria de Braga, com a realização do *sentido*: “Assumimos que interpretação e ajuste reverberam mutuamente – ajustamos o sentido percebido, percebemos o sentido conforme os ajustes possíveis ao nosso repertório” (p. 76). Há aqui explicitamente a noção de que o sentido preexiste, que está lá, que se trata de percebê-lo, ajustá-lo, considerá-lo. Para Braga, sentido jamais é uma produção, algo que ocorre no próprio acontecimento comunicacional como coisa surgida dali. Se consideramos o sentido

como algo *sempre já dado*, que nos compete apenas reconhecê-lo, estaremos condenando a comunicação a algo morto, definitivo, absoluto. Estaremos mais uma vez no modo de pensar metafísico.

III

José Luiz Braga está interessado na previsibilidade da comunicação:

“(…) dois ângulos caracterizam a perspectiva de que a comunicação é tentativa. Pelo primeiro ângulo, os episódios comunicacionais são probabilísticos – significando que *alguma coisa relativamente previsível pode acontecer*” (p. 70).

Ora, a previsão é um cálculo; é a suposição de que algo possa ocorrer obedecendo certas regularidades e controlados certos fatores interferentes. Toma-se aqui a comunicação como um projeto que pode ser administrado. Se eu aumentar a eficácia de meus procedimentos (minha linguagem, minha forma expressiva, recursos de entendimento, etc.), há a probabilidade de eu conseguir melhores resultados futuros ao meu intento. Estamos no campo das previsões, das projeções, da programação. Toda essa engenharia do evento comunicacional só pode ser entendida como um procedimento tecnocrático, da mesma forma que o são os cálculos financeiros, as especulações econômicas e políticas. Assunto para executivos.

Mas, nesta altura, me ocorrem duas citações do próprio Braga que parecem contradizer o que foi exposto antes: “O que em um regime seria considerado sucesso pode ser visto, em outro regime, como frustrante” (p. 71). “(…) O que significa que deve ser difícil, senão impossível, estabelecer critérios apriorísticos para o *sucesso* na tentativa interacional que é a comunicação” (p.71). Com efeito, o critério de sucesso marcado pelo fato de o receptor buscar uma interpretação da mensagem de forma coerente com o ponto de partida, na emissão, é um critério questionável, porque não fala nada da comunicação mas apenas de sua condição prévia de realização. Em outros termos, o sucesso (houve resultados, eu interpretei coerentemente) pode implicar, como ele diz, *frustrações*. Não pode haver, de fato, critérios apriorísticos, mas note-se bem, *quantitativamente* apriorísticos, pois estes tenderão fatalmente a conduzir a pesquisa para um modo de pensar calculista, tecnocrático, em última análise, manipulador.

Quando ele fala que “o resultado das interações comunicacionais será talvez tanto mais provável quanto menos modificador das relações sociais e humanas; e tanto menos provável quanto mais modificador” (p. 73), encontramos um terreno comum para sairmos do paradigma tecnocrático e nos aproximarmos do modelo efetivamente comunicacional. O que significa dizer que uma interação comunicacional é mais e é menos modificadora? Por que motivo esta é

mais provável que aquela? Para isso, Braga terá fatalmente que desembocar na *nossa* definição de comunicação.

Para nós, a comunicação é um fenômeno que ocorre raramente porque nossa vida social é muito mais marcada pelos processos de sinalização e de informação. O que vem a ser isso? Quando torno pública minha opinião, é provável que o outro a ignore; pode ser também que ele a ouça mas apenas efetue o registro; ou ainda, que a considere e passe a pensar a respeito. São três possibilidades. No primeiro caso, nada acontece; eu falo, divulgo, esperneio, e ninguém me ouve. Minha voz, meu texto, minha manifestação é solenemente ignorada pelo mundo. Não passou de um sinal a mais na grande feira mundial de sinais; sinais vindos de pessoas, de aparelhos, de animais, da própria natureza. Quem liga para os sinais? Somente aquele que tenha algum interesse específico naquele sinal. Nesse momento, então, ele olha, ele ouve, ele lê. O sinal tornou-se informação. Ou jogo, ou prazer estético passageiro e inconsequente. Para uma informação tornar-se comunicação é preciso que ocorra em mim, enquanto participante de um processo comunicacional, uma transformação qualitativa radical: eu preciso liberar meu sistema, acolher, me abrir àquilo ou àquele que está me dizendo algo. Nem informação nem comunicação existem de fato. São formas de eu me relacionar com os sinais, estes sim concretamente existentes. Não posso dizer que tal coisa não seja um sinal ou que um sinal não exista. A sinalização não admite o negativo: eu não posso não sinalizar, existindo estarei sempre sinalizando.

Por esta teoria, a ocorrência ou não da comunicação tem a ver com a intencionalidade. Enquanto eu permanecer isolado ou me isolando do universo em meu redor, nada me atingirá; serei aquele indivíduo do modelo luhmanniano que só percebe o mundo através de sua janela e não se mistura jamais com ele. Este indivíduo está fechado à comunicação. Ele lê notícias no jornal, adquire livros, conversa com amigos, dialoga em *chats* da internet, mas nada o atinge; seu autoenclausuramento é radical, seu sistema de controle não admite divergências. Tudo para ele são informações, que ele busca e usa como formas de reforço de suas posições, de argumentos que utilizará contra opiniões adversas. A comunicação, ao contrário, é autorização, é permissão, é contato com o diferente, o estranho, o incomum. Aquilo que não sou eu, isso sim pode provocar em mim transformações, alterar meu quadro, permitir que eu me transforme e, assim, demonstre que ainda estou vivo, ao contrário do caso anterior, em que o indivíduo enterra-se vivo em suas próprias convicções e nega a vida.

Pelo fato de sermos, na vida cotidiana, mais defensivos, mais conservadores em nossas posições, pois elas nos tranquilizam, por esse mesmo motivo, as interações comunicacionais mais prováveis serão as que menos modificam

nossas relações sociais e as menos prováveis, as que efetivamente alteram. Mas são estas últimas que importam, que definem nossa situação de estarmos vivos e não mortos-vivos.

Por isso, comunicação não é um gradiente. Não é algo que pode ser pequeno, médio, médio para grande e grande. Ela é ou não é, e este é um critério radical. Ou é sucesso total ou é fracasso total; ou ela acontece ou não acontece e este é um modo de pensar totalmente contrário ao modelo dos estatísticos ou do cálculo de previsões e de probabilidades. Ela não é constituída a partir de ensaio e erro (Braga, 2010:77), pois não depende de nós, depende dela mesma, mas isso, a segunda doença infantil, vai ser tratada no próximo item.

IV

Braga, assim como nossa proposta, advoga que o mesmo conceito de comunicação deva ser possível tanto para as formas interpessoais como as grandes emissões irradiadoras dos meios de massa, assim como as sinalizações da internet. Isso é muito bom. “Podemos então distinguir as tentativas dos participantes e as tentativas sociais que se atualizam a cada episódio interacional – as tentativas do processo” (p. 72). E continua:

Isso significa que não somente a comunicação pode acontecer, mas que efetivamente se faz, em algum ponto entre o total sucesso e o total fracasso, *como resultado de uma ação*, de um trabalho humano e social para produzir alguma coisa que não está inteiramente dada nos pontos isolados prévios a uma interação (p. 80).

Em nossa proposta, a grande comunicação social, transmitida *em massa*, ocupa um território imaterial que nós denominamos *continuum mediático atmosférico*. É um campo abstrato no qual notícias, fatos, acontecimentos, reverberam e ganham *status de espírito do tempo*. As ocorrências tornam-se o *grande tema social* do momento, na medida em que essas múltiplas inserções (jornais, matérias de televisão, de revistas, *blogs* da internet, indivíduos, por exemplo) crescem em espiral até se reverterem no grande Acontecimento. Mas isso não é o resultado de *uma ação*, é um produto cego, derivação de múltiplas intervenções, de reverberações, do interesse que os agentes têm em repercutir. É no coletivo, no produto múltiplo e indeterminado, que elas viram acontecimento social total. Ninguém é responsável por isso, ninguém o provoca quando quer. A coisa simplesmente *acontece* pela somatória casual, aleatória, de múltiplas intervenções.

Quando Braga fala que isso é resultado de uma ação, de um trabalho humano e social para produzir alguma coisa, sobressai a sugestão de que os homens, de alguma forma, comandam o processo. E essa ideia é a mesma que está na

base da concepção de previsibilidade da comunicação, a que ele se refere: “No estudo de dispositivos interacionais concretos, um dos ângulos particularmente relevantes de investigação refere-se à percepção de seus processos *para produção de previsibilidade*” (p. 79).

Está evidente que Braga fala de comunicação pensando em sua utilização, em sua operação como intervenção social. Comunicação como mero instrumento, velha doença infantil, que preencheu o imaginário dos grupos ativistas, engajados, que viam nela a chance de se chegar ao poder ou de derrubá-lo. Ele, ao que tudo indica, acredita que o trabalho dos agentes possa gerar, de fato, quando bem operados e administrados, esses bons efeitos nos receptores. Trata-se de ensinar os comunicadores a operar os sistemas para capacitá-los a intervir no social. É uma proposta política, ou, *ação praxiológica*, como ele chama, não uma proposta de estudar o fenômeno comunicacional dentro de uma isenção que se imagina necessária. Seu campo de trabalho é a ciência política (ou mesmo, a prática política), não o saber da comunicação. Seu conceito de comunicação foge da investigação *stricto sensu* do que é a comunicação para cair no campo do como melhor operar os equipamentos de comunicação visando um agir instrumental. Não estamos muito distantes da ameaça do educacionismo político. Opostamente, e nisso acreditamos nós, o estudo da comunicação propriamente dita, e somente ele, permite a aposta na autonomia. ■

REFERÊNCIAS

- BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. In: *Matrizes*, Ano 4, n. 1, jul-dez. 2010, p. 65-81.
- KIERKEGAARD, Søren. *La dialectique de la communication*. Éditions Payot & Rivages, Paris, 2004.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos*. São Paulo, Paulus, 2004.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2011 e aprovado em 24 de setembro de 2011.